

## Identities constituted on and by a local memories and histories of the city of Florianópolis (1930-1950)

## Identities constituted on and by a local memories and history of the city of Florianópolis (1930-1950)

Lisley Canola Treis Teixeira<sup>1</sup> 

Clarícia Otto<sup>2</sup> 

<sup>1</sup>Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.  
e-mail: canolatt@uol.com.br

<sup>2</sup>Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.  
e-mail: clariciaotto@gmail.com

### RESUMO

Este artigo é recorte de pesquisa sobre práticas da infância na cidade de Florianópolis (SC), de 1930 a 1950, por meio de entrevistas com quinze antigos moradores tendo idade entre 70 e 90 anos. Objetiva apresentar a confluência entre memórias, histórias e identidades, reconhecida nos sentidos da experiência dos tempos de infância. Certeau (2009) é a lente teórica na compreensão das práticas; Benjamin (1994) dos sentidos da experiência que constituem a realidade vivida no processo entre lembrança e esquecimento; e, Pollak (1992) da relação entre memória e identidade. Os entrevistados, na maior parte das vezes, não se reconhecem nas narrativas da história oficial e/ou epopeica e assim se veem desprovidos de seus direitos às memórias, histórias e bens coletivos de uma cidade que se transformou. A infância que se apropria da cidade e seus sentidos, travando múltiplas relações, é também sujeito de sua própria história e, na contemporaneidade, essa infância de outrora conta a história de dois tempos: do presente e do passado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memórias da infância. Histórias. Experiência. Sentidos.

### ABSTRACT

This article is a short description of a research about childhood practices in the city of Florianópolis (SC), from 1930 to 1950, through interviews with fifteen ancient residents aged between 70 and 90 years. It is aimed to present the confluence among memories, history and identities, recognized in the sense of experience of childhood time. Certeau (2009) is the theoretical lens in the understanding of those practices; Benjamin (1994) of the experience senses that constitute the reality lived in the process between remembrances and forgetting and Pollak (1992) of the relation between memory and identity. The interviewees, in the majority of the times, do not recognize themselves in the narratives of the official and/or epopee history and, thus, see themselves as destitute of their rights to the memories, stories and social assets of a city that has been transformed. The childhood, which takes advantage of the city and its senses, building multiple relations, is also the subject of its own history and, on the contemporaneity, this past childhood tells the tale of two periods: the present and the past.

**KEYWORDS:** Childhood memories. History. Experience. Senses.

Recebido: 18/09/2020 | Publicado: 14/10/2020

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação, professora do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>2</sup> Doutora em História, professora do Departamento de Metodologia de Ensino e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

## 1 INTRODUÇÃO

O enfoque da cultura começa quando o homem ordinário se torna o narrador, quando define o lugar (comum) do discurso e o espaço (anônimo) de seu desenvolvimento (CERTEAU, 2009, p. 61).

Nos termos de Certeau, os quinze entrevistados, antigos moradores da cidade de Florianópolis (SC), são homens e mulheres ordinários, ou seja, sujeitos comuns que vivem na cidade, reconhecidos como inventivos, criativos e astutos. Ao longo do processo das entrevistas, realizadas entre 2014 e 2017, produziu-se uma relação dialógica e de valorização do modo como esses entrevistados construíam a análise de sua própria vida além da interpretação historiográfica pretendida, pois, no trabalho com memórias, o relato do vivido, pelas lembranças e esquecimentos, é uma ação, é uma prática.<sup>3</sup>

Práticas são modos de socialização circunscritos a um espaço e tempo e como qualquer modo de socialização, são históricas. Segundo Certeau (2009, p. 38, grifo do original), “o cotidiano se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*”. Portanto, o fazer tem um propósito e o que o move tem um sentido que depende de um saber: os saberes práticos engendrados no/pelo contexto.

Trata-se do contexto entre as décadas de 1930 e 1950, no espaço geográfico da área peninsular da Ilha de Santa Catarina, local em que configura-se a maior efervescência da atmosfera entre passado, presente e futuro dentro do espectro moderno urbano de Florianópolis, capital do estado. Nessa época se desenvolvia um discurso de que o Brasil expressava ares da modernidade nas cidades que eram suas capitais, apesar de que, em Florianópolis, isso não correspondia. Os relatos que circulam entre os mais velhos e as pesquisas acadêmicas apontam para um modo de vida que expressa algo tardio se comparada a outras capitais do país. A vida urbana desse período era *sui generis* para pensar a infância, pois o passado era o apego de muitos, e a vida transitava a passos lentos para mudanças. Todavia, nas referidas décadas, a cidade florianopolitana começa a sofrer transformações em sua urbanidade, uma vez ampliada a influência do Estado Nacional<sup>4</sup>.

Durante as entrevistas, dois objetos foram inseridos como mediadores, um Mapa da área peninsular central com o traçado de ruas e representações do espaço, retirado da obra de Veiga (2008, p. 180) e fotos antigas. O Mapa foi utilizado para construir, com cada entrevistado, o traçado e a marcação de pontos de referência conforme suas memórias da infância. Com essa metodologia, a exemplo da Figura 1 que apresenta as lembranças de Vadico, foram construídos quinze mapas<sup>5</sup>.

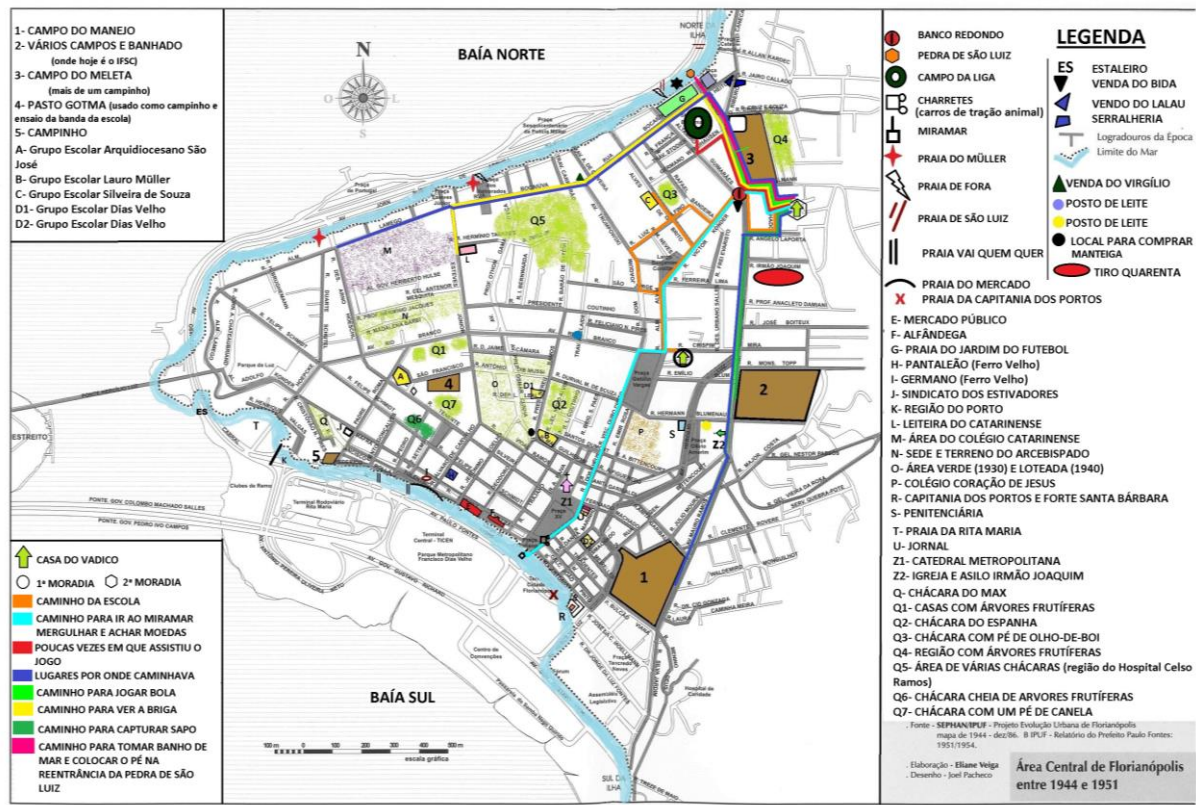
---

<sup>3</sup> O critério de escolha dos entrevistados foi o de, quando crianças, terem sido moradores da região central da cidade e alunos de Grupos Escolares existentes na região. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A cada entrevistado era explicada a finalidade da pesquisa e lido o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

<sup>4</sup> Sobre o processo de urbanização e modernização da cidade de Florianópolis, sugere-se: Cabral (1979), Veiga (2008), Tomás (2012), Santos (2009), Teixeira (2009), Neckel (2003), Pimenta (2005) e Vaz (1991).

<sup>5</sup> Embora os entrevistados tenham assinado o TCLE e autorizado o uso dos seus nomes, optou-se por manter o anonimato. A escolha de pseudônimos pautou-se em apelidos derivados de nomes, geralmente de cunho afetivo e habitualmente usados pelos nativos de origem açoriana em Florianópolis como, por exemplo, para Manoel, os

Figura 1. Lembranças de Vadico, dos percursos e lugares da cidade.



Fonte: Teixeira (2018, p. 421), com base no traçado do mapa n. 19 de Veiga (2008).

O mapa teve o propósito de auxiliar na “captura” do movimento da infância na cidade, ou seja, na narrativa do lugar como prática do espaço, pois, “todo relato é um relato de viagem – uma prática do espaço” (CERTEAU, 2009, p. 183). O mapa, como artefato, foi um orientador estruturado da cidade. Entretanto, caminhar é uma operação no espaço, sem necessariamente corresponder à ordem espacial. Apesar da crítica de Certeau (2009) acerca do uso do mapa como linguagem para traduzir as práticas dos pedestres, uma vez que o mapa não cartografa a vida da cidade, tal artefato teve um significado importante por apresentar certo descompasso nas rotas e pontos de referência das crianças caminhantes de outrora.

A cada encontro, por meio da conversa baseada nas informações da entrevista anterior, os traçados nos mapas iam sendo construídos, percursos iam surgindo como práticas no mapa. Assim, o mapa contribuiu para se pensar os percursos da infância na cidade, “as relações entre indicadores de ‘percursos’ e indicadores de ‘mapas’ onde coexistem numa mesma descrição” (CERTEAU, 2009, p. 187, grifos do original).

Segundo Portelli (2004, p. 296), contar uma história é um recurso memorialístico do indivíduo e do coletivo, o contador retém o tempo, revive-o pela narrativa. Quando relata, o narrador está em um

apelidos podem ser: Maneca, Neneca, Neca, Nequinha. As terminações dos apelidos mais usadas são “ica”, “ico”, “oca”, “eca”, “inha”, “inho”, “ita”, “ito”, “ina”, “ino”.

embate com o tempo, tenta preservá-lo e, então, cria e constrói marcas e referências do e no tempo. Faz encaixes possíveis com palavras e eventos-chave, algo como “o tempo fora do tempo, um tempo sem tempo”.

Para Certeau (2009, p. 144), a narrativa apresenta dois aspectos. O primeiro como prática, ao falar, o sujeito “não se contenta em dizer um movimento. Ele o faz”. O segundo aspecto, contrapondo a própria visão de Certeau de que “o relato não exprime uma prática”, considera que as práticas estão expressas nos relatos. Nessa perspectiva, buscou-se conhecer os sentidos, que são refletidos, elaborados e construídos pela memória.

Foi um exercício hercúleo romper com o fascínio das entrevistas e dos encontros. Primeiramente, exigiu tomar certa distância dos áudios para retomá-los sem tanta emoção. Como afirma Alberti (2004, p. 18-19), “o que fascina numa entrevista é a possibilidade de tornar a vivenciar as experiências do outro, a que se tem acesso sabendo compreender as expressões de sua vivência”. A responsabilidade de fazer ciência, com narrativas minadas de afeto, foi necessária porque, segundo Lozano (2006, p. 17), “fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos ‘outros’”. Por isso, foi preciso deixar pousar, ganhar parcimônia e ouvir várias vezes sem o calor do outro à sua frente.

Além disso, na perspectiva de Benjamin (1994, p. 220), a história que se conta é fruto do sentido da experiência vivida e não a mera descrição de fatos e acontecimentos: “a narração, em seu aspecto sensível, não é de modo algum o produto exclusivo da voz”. O narrador põe em jogo “a alma, o olho e a mão”. Benjamin (1994, p. 201) diz que a força dessa narrativa se perpetua e é onipresente ao ouvinte da nova geração, “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes”.

Pelas memórias dos entrevistados, captou-se o ponto de vista do sujeito comum, do caminhante, do sujeito ordinário, o praticante da cidade. Essa escolha evidencia o contraste com a perspectiva panorâmica, de sobrevoo, adotada por parcela significativa da história e memória oficiais, problematizadas por Certeau (2009). Portelli (1997, p. 16), salienta o enlace da memória individual com a social, “cada pessoa reúne fragmentos de muitas recordações sociais diferentes em um todo inconfundivelmente pessoal”. Conforme Pollak (1992, p. 204), os acontecimentos, os lugares e os personagens sociais permeiam e orientam as memórias dos entrevistados, a memória “é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva [...] em sua reconstrução de si”.

Outrossim, as narrativas apresentam que os entrevistados manifestam o que Bosi (2003, p. 70) indica sobre pontos de referência que apoiam a memória, ao considerar que “cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que são pontos de amarração de sua história. O caudal de lembranças, correndo sobre o mesmo leito, guarda episódios notáveis que já ouvimos tantas vezes de nossos avós”. Ainda que os acontecimentos históricos orientem pontos na história de vida dos sujeitos, os significados construídos contêm sentidos singulares, que nem sempre são o próprio evento.

Na esteira dessa inter-relação de circunstâncias que acompanham as narrativas, este artigo apresenta uma seção e considerações finais. À luz das lentes teórico-metodológicas já referidas, discorre-se sobre as reminiscências do mar que banha a orla da cidade, um dos lugares das práticas da infância bastante ressaltado pelos entrevistados.

## 2 Memórias do mar que banha a orla da cidade de Florianópolis

Eu tinha muita alegria quando eu via o mar. Quando eu ia para praia (demonstra muita satisfação ao lembrar). Ah! Quando a gente ia para praia, eu chegava (expressão de indizível), até hoje é assim, me emociono quando eu chego, que vejo o mar. De chegar assim, dentro, que coisa boa sentir aquela água geladinha (Graça, entrevista nº 12, 2015, p. 31-32).

Aquela região, junto com campo do Avaí, ali era o nosso *playground*, aquela região toda. Não existia a Beira Mar, com certeza. Ali era a Bocaiúva, a Frei Caneca, ali a gente brincava. Também brincava na praia de São Luiz, na Praia de Fora e na Praia do Meio. [No Morro da] Malária, onde tem aquele conjunto habitacional na Mauro Ramos, subindo, ali eram nossos campos de futebol (Vadico, entrevista nº 8, 2015, p. 1).

Do polígono central, em Florianópolis, das praias e das vivências com o mar, sobraram as lembranças de dias passados. Hoje, não se veem mais pessoas tomando banho de mar ou embarcações a ir e vir com mercadorias e/ou pessoas na orla da Baía Sul ou Norte. Algumas pessoas ainda pescam e fazem caminhadas, porém, na atualidade, em trajetos cimentados e gramaticais. De formas multifacetadas, a exemplo das epígrafes anteriores, todos os entrevistados convergiam seu olhar na direção do mar, porque ele não passou alheio às suas vidas.

A mirada sobre as águas que banham a área central da Ilha de Santa Catarina encontra-se na multiplicidade de sentidos atribuídos. O estatuto simbólico que o mar adquire nas interações sociais da infância que habitava a cidade mostra diversos sentidos, esses construídos nas relações subjetivas e objetivas com os lugares e constituição identitária desses sujeitos.

As passagens narradas a respeito do mar o tornam parte da cidade. Ainda que as águas imponham o limite terrestre em que se habita, de modo metafórico, as narrativas indicam que a cidade se amplia/estende/alastra sobre as águas. Por suposto, condição objetiva e ambígua do mar, ele interrompe o território seco da cidade. O mar que margeia a terra pelas praias, organiza e expressa, idas e vindas, circulação, comércio, economia, práticas culturais, ligação com outros lugares, alimento, trabalho, sobrevivência, brinquedo, orientação, lendas e caráter imagético.

Conforme Diegues (1998, p. 53, grifo do original), os sujeitos que habitam uma ilha são balizados pela maritimidade, porque pelo mar fundam práticas sociais e simbólicas: “Essa relação com o mar não é, porém, algo dado, imutável, mas uma *inter-relação construída historicamente*”. Dessa maneira, no âmbito das práticas sociais e culturais, é pertinente considerar que o mar estende o limite territorial da cidade.



Esses dois aspectos se constituem em uma interferência geográfica que influencia as práticas culturais da cidade e, portanto, constrói uma geografia social ou simbólica do espaço<sup>6</sup>. Se o mar é uma fronteira que ora é a própria separação, ora é o próprio meio que liga lugares, seu espaço “introduz uma contradição dinâmica entre cada delimitação e sua mobilidade” (CERTEAU, 2009, p. 194). Na concepção de Certeau (2009), a fronteira é um paradoxo de pontos em comum de dois corpos. Nessa direção, a ponte cria uma outra ambiguidade, pois, “ora solda ora contrasta insularidades. Distingue-as e as ameaça. Livra do fechamento e destrói a autonomia” (CERTEAU, 2009, p. 196). Ou seja, há uma complexa relação em torno de sentidos construídos sobre o cotidiano com o mar e com a ilheidade. Quica orienta sua memória pela construção da ponte Hercílio Luz, iniciada em 1922 e inaugurada em 1926, acontecimento que se torna referência em seu trabalho de memória.

Eu sou da idade da ponte. Porque minha mãe sempre dizia que quando ela me ganhou, a ponte foi inaugurada. Eu nasci no dia 22 de fevereiro e a ponte foi inaugurada, acho que em março. [...] o dia que a ponte cair, eu também caio (risos). Porque eu sou da idade dela, noventa anos eu vou fazer agora, e a ponte também vai (Quica, entrevista nº 6, 2015, p. 1).

No polígono central, dois dos lados são cercados pelo mar e o terceiro, ao fundo, olhando do continente para a Ilha, é o maciço central do Morro da Cruz ou o Meimbipe que, em alguma medida, é uma barreira natural que cria uma delimitação da área peninsular<sup>7</sup>. Contudo, essa é a parte mais próxima do continente, separada apenas por um pequeno estreito/canal de aproximadamente 500 metros que, com a ponte Hercílio Luz, passa a ter a passagem seca. Tal proximidade diferencia a Ilha de um contexto de ilheidade como as das ilhas oceânicas afastadas das regiões continentais explanadas por Diegues (1998).

A potência do conceito de ilheidade ligada ao isolamento, ainda que geograficamente não caiba à Ilha de Santa Catarina, é expressiva uma vez que, como salienta Teixeira (2002), os portugueses que a colonizaram eram açorianos de ilhas oceânicas.<sup>8</sup> O hino Rancho de amor a Ilha, oficializado, em 1968, como Hino Oficial de Florianópolis, de autoria do compositor Cláudio Alvim Barbosa, conhecido por Zininho, atesta a identidade insular dos nativos:

Um pedacinho de terra,  
perdido no mar...  
Num pedacinho de terra,  
beleza sem par...

Jamais a natureza

---

<sup>6</sup> Secchi (2015) usa o termo “geografia social, funcional e simbólica”, ao se referir as formas de ocupar e viver os territórios que se modificam com o tempo. Diegues (1998) ressalta que, reconhecer a influência de morar em uma ilha, não significa realizar uma abordagem determinista.

<sup>7</sup> Meimbipe é um nome Guarani que significa montanha ao longo do mar.

<sup>8</sup> Importante ressaltar que Ilha de Santa Catarina era habitada por populações indígenas, quando da chegada dos portugueses, em 1748.

reuniu tanta beleza  
jamais algum poeta  
teve tanto pra cantar!

Num pedacinho de terra  
belezas sem par!  
Ilha da moça faceira,  
da velha rendeira tradicional  
Ilha da velha figueira  
onde em tarde fagueira  
vou ler meu jornal.

Tua lagoa formosa  
ternura de rosa  
poema ao luar,  
cristal onde a lua vaidosa  
sestrosa, dengosa  
vem se espelhar<sup>9</sup>.

Todavia, na época, o sentimento de afastamento poderia estar mais presente nas freguesias do que no polígono central, por ser aquelas mais distantes do continente. Pelas narrativas, para acessar os bairros próximos ao polígono usavam-se, geralmente, as trilhas do Maciço do Morro da Cruz, onde prevalecia a caminhada. Quando pelo seu sopé, onde havia mangue, podia ser necessário o transporte com animais<sup>10</sup>.

Assim, os acidentes geográficos próximos à península foram pontos de ligação complexos na passagem ao interior da Ilha, principalmente antes dos aterros e estradas largas ou calçadas. Nininha conta que, para os sepultamentos, se ia a pé até o bairro Itacorubi, levando o morto no caixão. Rosinha explica que, para chegar ao Pantanal (bairro do outro lado da península), a família preferia pegar a trilha a ir de ônibus, todos faziam o trajeto a pé, pelo Morro.

Nós cansávamos de sair da nossa casa (na Rua Major Costa), com o meu tio que morava com a minha mãe, e vir aqui para o Pantanal, pelo morro. Mas nós gostávamos tanto. Domingo de manhã ele dizia para os meus irmãos: quem quer ir para o Pantanal, pelo morro? Nós todos íamos [...]. Ai, coisa boa! Tinha um riacho que passava no meio do morro. A gente molhava os pés e tomava banho. Era uma aventura, meu tio levava um cachorro, levava o cachorrinho junto. Ah! mas era muito bom! Domingo, a gente ia de manhã e pelas duas horas a gente voltava. Sabe onde é que a gente saía? Na universidade. Hoje, onde é a universidade. Era bem perto, mais longe se a gente pegasse o ônibus lá, viesse por aqui e chegasse no Pantanal. (Demonstrando o trajeto) Era muito mais pertinho pelo morro (Rosinha, entrevista nº 10, 2015, p. 28).

Os entrevistados apontam sobre o valor de práticas caminhantes, do uso de táxis de tração animal e da bicicleta na cidade. A expressão de um mundo mágico e imaginário parece que ia e vinha

---

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.manezinhodailha.com.br/Scripts/Hino.htm>. Acesso em: 14 set. 2020.

<sup>10</sup> Também se sabe que por barco chegava-se a alguns lugares; entretanto, nenhum entrevistado menciona o uso do mar para esse fim.

pelo mar. Para ilustrar a mediação do mar nesse imaginário, a história da imagem sacra de Nosso Senhor dos Passos, datada de 1764, é um exemplo:

Conta a tradição que a embarcação que transportava a escultura vinha da Bahia e rumava, originalmente, para o Rio Grande. No entanto, não conseguiu cruzar a Barra que levava ao porto de destino e, após tentativas frustradas de seguir viagem, acabou retornando à vila de Nossa Senhora do Desterro (hoje Florianópolis) por três vezes. O próprio capitão do navio teria visto nos fatos expressão da vontade divina de que a imagem permanecesse na cidade e entrou em acordo com moradores da vila, recebendo pelo transporte da imagem valor não documentado (IPHAN, 2018, s/p.).

O ilhéu reconhece que as forças do mar são mutáveis e que criam episódios inusitados. Quando explicações não são encontradas, surge o universo mágico. A ilheidade permitiu um acúmulo de conhecimento e um conjunto imaginário, em torno do mar e do clima. A mirada para a imensidão das águas e do céu corresponde ao cuidado com as ameaças e ao desconhecido que chega pelo mar. Nesse contexto, percebe-se que o mar foi um dos apoios às recordações dos entrevistados. O prazer em olhar para o que ia e vinha por meio do mar é percebido, inclusive, nos relatos sobre o hidroavião:

Geralmente era nos sábados, ia ao mercado. Eu gostava de ir, porque na época tinha a empresa Condor, da Varig. Era um hidroavião que vinha não sei de onde e, (arruma-se no sofá e com a mão faz o voo e pouso do avião): tchaaa. Era sábado de manhã, umas 9h-10h, pousava ali. [...] Uma canoa saía lá do Miramar e ia lá, pegava o passageiro e trazia. [...]. Então, eu ficava olhando e achava aquilo maravilhoso. Quando o hidroavião ia embora, ficava olhando, porque ele levantava voo em direção ao Morro do Cambirela. Assim, eu pensava: ele vai bater no morro. Eu ficava olhando para ver quando é que ele ia bater. Ele fazia (não fala, mas movimenta a mão para dizer, a volta ao morro) e ia embora (olhar que continua o voo). Eu lembro e gostava de ir com a minha mãe no Mercado para ver esse avião (Vadico, entrevista n° 8, 2015, p. 30).

O fragmento anterior, narrado em voz mansa, ganha força ao traduzir o movimento do avião, o corpo pela mão se organiza no espaço para fazer o gesto do aeroplano quando alcança a lâmina d'água ao som do "tchaaa" e, ao levantar voo novamente, a mão materializa-se no aparelho voador contornando o morro e, ao infinito, o olhar do narrador Vadico mantém a altura do avião que a mão já não pode fazer.

Tal como diz Benjamin (1995, p. 266), "pôr termo, à natureza na moldura de imagens esvanecidas é o prazer do sonhador. Conjurá-la sob uma nova chamada, o dom do poeta (narrador)". A narrativa produz um mergulho na paisagem do morro, do céu e do mar, imagens construídas com o movimento do avião. Há um jogo de palavras, silêncios e presença (um estar lá) que lança para a imagem.

A narrativa de Vadico contém um tom encantado sobre um avião que do céu pousa no mar e do mar chega ao céu: "eu ficava olhando e achava aquilo maravilhoso". O olhar que mira tal evento, transforma o céu e o mar em espaço de imaginação e revela a experiência contemplativa. Mas há também um espanto quando formula a hipótese de que o aeroplano poderia bater no Morro do Cambirela (atual município de Palhoça/SC).



Como as atividades com o mar estendiam-se à parte seca da cidade, próxima da orla, havia um conjunto de valores, sentidos e práticas próprios que se revelava em eventos como, por exemplo, compra de mercadorias no mercado e nas feiras, encontros e visitas, passeios na Praça XV, usos do táxi de tração animal, campeonatos de remo perto da Capitania dos Portos (Forte Santa Bárbara), caminhadas nos trapiches, pescas, catação de restos de ferro abandonados na praia perto do porto, pouso do hidroavião, entre outras práticas.

A título de exemplo, de como a infância interessava-se por peculiaridades que envolviam a orla, quando indagada de qual lugar Rosinha mais gostava de ir, com seus pais, responde: as charretes (táxis de tração animal). Ainda que se trate de um objeto que integra serviços da cidade, naquele contexto, acaba por representar um lugar, pois, para usá-las era preciso estar na orla. A entrevistada não só descreve as circunstâncias na qual ia andar de charrete, como também parte da própria orla, num cenário onde espaço e objetos se amalgamavam:

Eu ia com a minha mãe ao centro para fazer compras e íamos de charrete, e a charrete ficava bem ali onde era o sacolão<sup>11</sup>. Ali tinha a Beira Mar (Baía Sul), tinha o trapiche, o trapiche da Beira Mar (referindo-se ao Miramar), ali ficava a charrete, então a gente fazia compra, a mãe trazia alguma coisa que comprava no mercado, alguma coisinha. Para a gente não vir de sacola, vínhamos de charrete (busca um quadro que representa a paisagem descrita com o Miramar e as Charretes) (Rosinha, entrevista nº 10, 2015, p. 27).

As charretes, nesse caso, funcionam como uma representação de um conjunto de ações e pontos de referência em torno da orla. Numa ilha, como é possível perceber, não é de se admirar que o mar tenha sido incontornável para a infância. O mar e a orla pertencem ao cotidiano de suas práticas e têm diversos sentidos que se expressam nas formas de risco, perigo, prazer, contemplação, espanto, brincadeira, lugar de passagem, sobrevivência, orientação e até esconderijo. Vadico fala de descobertas e brincadeiras, sobre as coisas que faziam no mar ou nele encontravam:

Tudo ali (na praia São Luiz, Praia do Meio e do Müller). Ia brincar por ali. É, naquela época, ali tinha cavalo marinho. Onde se chama de Ponta do Coral, aquilo ali se estendia. Então, era muito comum (ter esses peixes). A gente dizia que quando dava um vento nordeste tinha corais. A gente ia catar (gesticulando como se estivesse catando as coisas), levava para brincar. Quando chegava em casa, eles já estavam mortos, fazer o quê (Vadico, entrevista nº 8, 2015, p. 2).

O mar não cerca somente a terra onde vive a infância, também cobre a pele do corpo imerso e produz uma experiência sensorial. Todas as impressões produzem uma rememoração tátil e visual advinda da subjetividade da infância. Esse universo objetivo da vida social com o mar opera com as sensibilidades daqueles que desfrutaram de práticas com as águas e produzem a identificação com o lugar. Bolle (1984, p. 14) salienta que as rememorações preservam a percepção do espaço e o universo

---

<sup>11</sup> Sacolão é o termo usado para um Projeto da prefeitura onde se vendem frutas, verduras, carnes, queijos a um preço, por vezes, mais acessível do que nos supermercados. Contudo, as charretes que menciona ficavam no centro, em frente ao Miramar e perto da Praça XV.

de coisas com que os sujeitos interagem e a importância da transmissão da experiência a cada nova geração: “toda a aprendizagem sensorial-emotiva é muito marcada pelo mundo que os pais apresentam à criança, uma vez que esta chega e encontra um mundo todo pronto, arrumado”.

Glorinha relata banhos noturnos. Na verdade, em suas memórias, aparecem dois aspectos, um prazeroso, associado à luz da lua, e outro temeroso, diante de uma situação de possível risco.

Nós íamos tomar banho na Beira Mar a noite. Noite de lua. Nós saíamos todos para tomar banho e eu era pequena. Me lembro que eu levei um caldo. Aqueles caldos que eles dão e fiquei até com medo do mar, mas depois eu voltei. A gente saía da Crispim Mira a pé, uma turma, ia umas moças, a minha mãe se dava com um monte por causa da idade dela também. Ia as minhas colegas todas (da rua). A gente saía dali e ia onde é hoje o Shopping Beira Mar, pois ali tudo era mar. A Praia de Fora e a São Luiz também. A gente ia ali e tomava banho em noite de lua, nunca me esqueço, tinha que ser noite de lua que era mais claro para tomar banho (Glorinha, entrevista nº 7, 2015, p. 11).

O medo, como afirma Glorinha, e os que relacionam o mar à doença e ao perigo de afogamento. Joca conta que, certa vez, correu perigo de se afogar: “aguentava jogar futebol, aguentava correr. Eu tinha preparo, mas eu não sei o que aconteceu que na água eu perdi meu preparo todo”. Aparece, aqui, uma perspectiva pouco clara acerca do que é o mar e suas forças, uma vez que responsabiliza o próprio mar pela perda de seu “preparo todo”. Quando Joca diz não saber o que aconteceu, parece demonstrar o caráter difuso, quase místico, dos poderes associados ao mar, como uma alegoria. Tal aspecto ganha contornos mais claros quando se trata da doença. Acerca desse aspecto, a fala de Tônico é emblemática:

Muitas vezes eu arrumava um tempinho para ir à praia, mas a gente pegava doença. Uma vez eu fui cortar capim para o cavalo, ali no (antigo bairro) Saco Grande, de carreta, e eu voltei, era sábado de verão, assim, cheguei em casa, me deitei, tinha dado um banho no cavalo lá no mar e tomei banho. Isso me deu uma pneumonia, cheguei em casa com frio, frio, tive aquela malária. Eu já tive a ideia (da malária) (risos), me deu a ideia (Tônico, entrevista nº 4, 2014, p. 11).

A possibilidade de afogamento e o risco de doença figuram o mar como um lugar que oferece não somente prazeres, mas também perigos. O poder do mar é reforçado nos dois casos, e o sentimento sombrio parece personificar-se numa entidade com forças capazes de transmitir doenças e retirar as forças.

Relacionado ao banho, as atividades no mar eram brincadeiras, prazeres e liberdade. Para acontecerem, dependiam de brechas no tempo institucionalizado, tais como: do trabalho ou das atividades da casa, do turno na própria escola e suas tarefas. Portanto, os jogos e brinquedos com o mar só se realizavam estando livres das obrigações determinadas pelos adultos. Como afirma Certeau (2009), para se realizar um lance, o tempo e o saber são primordiais, sem tal domínio torna-se difícil encontrar a ocasião e evitar ser flagrado em transgressões. Ary, encantado com a pesca, perde a noção do tempo e sua ação é recriminada pelos pais:

Eu tinha uns dez ou onze anos e com os amigos fui pescar, porque teve um marezão alto. O mar veio e entrou no canal do Rio da Bulha. Ficou pela borda do canal. Alguém me emprestou um caniço ou uma coisa e eu fiquei lá entretido (fazendo o gesto de pescar) quando peguei uma cocoroca, fui para casa correndo satisfeito (faz o gesto de correr com os braços). Cheguei lá apanhei uma surra, porque eu não tinha dado satisfação e não sabiam onde eu estava. Minha mãe me deu uma coça<sup>12</sup> (Ary, entrevista nº 2, 2014, p. 34).

Mazinho mostra o valor do tempo e da seleção do lugar para uma investida fora da ordem, o que tornou o uso do tempo e do espaço uma ocasião imprescindível para os seus feitos:

Nós começamos a frequentar a praia, a Praia do Meio. Até então, meu pai não deixava a gente ir muito longe. Ele tinha medo, tinha medo, tinha que ter. Então, ele não deixava, mas a gente ia fugido. Fugidinho a gente ia. Então, íamos lá para Praia do Müller, a gente já ia, duas horas da tarde, para voltar as quatro, cinco horas da tarde, para não dar espaço de alguém chamar (Mazinho, entrevista nº 15, 2016, p. 9).

A infância, seduzida pelas práticas aprendidas com outras gerações ou compartilhadas com outras crianças, sobre o mar, age ora dentro da ordem, de acordo com as permissões dadas pelos familiares, ora fora dela. Assim, para realizar as práticas não autorizadas, a criança precisa ser sagaz e farejar as oportunidades para alcançar o êxito e não ser pega. Conforme Certeau (2009), os usos dos espaços articulam-se ao uso da ocasião na forma do tempo, pois, como na situação de Ary, o encantamento que atrai para uma burla também leva, pelo descontrole do tempo, ao risco de ser pego.

O banho de mar nem sempre era autorizado pelos responsáveis das crianças. Quando não o eram, os entrevistados relatam manobras e astúcias para atingirem seus desejos, mesmo sabendo que, se fossem pegos, poderiam ser repreendidos. Não era fácil fazer do banho uma prática quando essa era vetada. Chegar em casa molhado era um problema e disfarçar exigia engenhosidade. Apesar disso, são criativas as táticas usadas para tornar invisível o banho de mar. Os relatos a seguir mostram lances diferentes para chegar em casa e a travessura não ser descoberta:

A roupa, a melhor era para ir à igreja, ir à missa. Não era uma roupa cara, mas era bem limpinha e bem passadinha. Tinha roupa normal também. Tinha a roupa da bagunça que a mãe deixava a gente se sujar porque sabia que nós nos jogávamos no chão. A gente ia tomar banho de mar com ela mesma, já tirava a camisa, se jogava no mar assim mesmo. Pior que tinha que pedir ordem para mãe. Perguntava: Mãe, eu posso tomar banho no mar? Se dissesse sim, nós podíamos. Se ela dissesse não, nós não podíamos. Mas, nós tomávamos (banho) sem ordem (da mãe) e deixava a roupa secar no corpo. Assim, a mãe não sabia que nós tínhamos tomado banho no mar (risos). É coisa que a gente fazia! (Vado, entrevista nº 3, 2014, p. 12 e 13).

Depois de jogar (bola) nós íamos tomar banho, porque nós chegávamos em casa, nós chegávamos molhados, mas o pai achava que era suor da praia, era suor da praia, então dava para tapear. (Mazinho, entrevista nº 15, 2016, p. 47).

---

<sup>12</sup> Coça, trata-se de levar uma surra.

As práticas clandestinas apresentam estilos singulares de ações conforme a ocasião e o uso do saber-fazer. Também são significativas as narrativas que guardam um ar de vitória sobre as circunstâncias. Além disso, o risco era calculado conforme o grau de punição. Graça imagina que a mãe percebia as idas não autorizadas à praia, mas reconhece que elas não acarretavam penalizações. Pelo relato, a mãe fazia “vista grossa”, sem castigos:

Não me lembro de sair em grupo, mas eu... Ah! Eu lembro, que a gente, coitada, a mãe saía para trabalhar e nós ficávamos em casa sozinhos. O que é que nós fazíamos? Nós descíamos ali na praça Lauro Müller, que fica em frente do Majestic. [...] a gente ia ali onde era praia. É, até ali era praia. E praia com boia mesmo, não tinha! A gente botava uma boia. A boia, naquele tempo, eram os pneus. As câmaras dos pneus no pescoço e descia o morro, descia ali aquela ladeira em frente do Shopping, que não era o Shopping e sim o Campo da Liga. A gente ia para ali e tomava banho. Verão, como é que a gente ia ficar em casa! Ia tomar banho de mar ali. E quando a gente perguntava, moço, que horas são? O moço, “ah, é onze horas!” Nós saíamos de dentro da água (risos). De dentro da água, e correndo para casa porque, a mãe ia chegar, para mãe não saber, chegava em casa. Imagina! O cabelo duro de... (risos). Ela via que, era calção, era sandália, tudo cheio de areia. Mas, era gostoso porque, não sei, a gente tinha, era tudo muito inocente, sem maldade, sem mais nada, entende (Graça, entrevista nº 12, 2015, p. 9-10).

Vadico justifica a preferência pelas praias no contorno da península em decorrência das dificuldades de trajeto para as demais praias da Ilha, remetendo ao que indica Ferreira (1998), de o processo de ocupação com práticas banhistas ter iniciado na área urbana.

O pessoal da Ilha aqui de Floripa, na época, as praias que frequentavam era São Luiz, Agrônômica, tudo no entorno aqui, na Ilha. Praia do Muller, lá em baixo, que naquela época era, a praia do outro lado de lá (Baía Sul), de lá, [...] aqui, ainda na Ilha (região peninsular), tinha uma praia grande ali onde hoje é o estacionamento no Mercado, a Praia do Vai Quem Quer, assim chamavam, O Bom Abrigo, toda a orla de Coqueiros até o Bom Abrigo. Mas essas outras tu não ia, não tinha sombra, era longe. [...] porque, tu sair daqui do centro para ir, qualquer ilha, qualquer praia, era uma aventura. É, de barco então! (Dadá, entrevista nº 9, 2015, p. 19).

Nessa época era difícil o acesso às freguesias e ao interior da Ilha, porque as estradas eram precárias e a algumas praias só se chegava por trilhas. De fato, os entrevistados apontam que inicialmente os banhos de mar ocorriam em torno da península, depois passam a ser realizados no continente e nas praias do bairro de Coqueiros. No final da década de 1950 e durante a década de 1960, faziam piqueniques na Lagoa, Barra da Lagoa, Canasvieiras, entre outras praias.

Do mesmo modo que o banho de mar era uma atividade que integrava alguns hábitos da infância na Baía Norte, na Baía Sul os desejos de se banhar para brincar não eram diferentes. Entretanto, como efeito dos aterros realizados a partir da década de 1970, há, nas narrativas dos entrevistados, uma espécie de “pano de fundo” de resistência a tal processo “modernizante”, um esforço de ressaltar a limpeza das praias da referida baía. Assim, o destaque dado às águas como “próprias para banho” tenta compor uma narrativa de oposição às colocações de que o mar era impróprio, o que servia como uma das

justificativas para os referidos aterros. Vado e Dinha, moradores da Baía Sul fazem a defesa das águas e da praia:

Aquele aterro na Baía foi um crime. Só não tinha o esgoto que tem hoje. Tomava banho de mar [...] Nós fazíamos festa! Meu Deus do céu! Vinha gente de tudo que era lugar para tomar banho nessa praia. Nós mergulhávamos e tinha o trapiche. Não tinha esgoto, era fossa. Existia, assim, há muitos anos atrás, quando eu ainda não era nascido, existia um negócio grande que os escravos tinham para jogar (esgoto) no mar. Depois daquilo ali a cidade foi crescendo, quem que iria sair com estes negócios nas costas, pela rua afora, para jogar no mar? Aí não tinha mais esgoto, porque não tinha mesmo esse esgoto (que ia até o mar). Só água da chuva mesmo. Para fazer a ligação, a ligação para não fazer fossa, então, cobriu-se tudo. Todo mundo tomava banho ali, aguinha boa (Vado, entrevista nº 3, 2014, p. 23 e 24).

A nossa casa mesmo era uma casa humilde, de madeira, ali na Rita Maria. [...] E tinha uma praia; tinha uma prainha ali, uma prainha particular. Era mais os moradores dali e onde a gente brincava mais. [...] Era ótima (a água e a praia Rita Maria na década de 40). A praia era limpinha e era tudo muito bom. Agora, quando aterraram tudo, até eu nem estava aqui, eu morava em Curitiba quando eles começaram a aterrar. Então, acabou. Acabou tudo (Demonstra frustração no olhar e na voz) (Dinha, entrevista nº 13, 2016, p. 2).

A Baía Sul foi, sem dúvida, foi o lado mais afetado pelos aterros. A paisagem que estruturava a representação e as práticas no espaço com o mar desapareceu. O aterro na Baía Sul foi tão drástico que, hoje, ao posicionar-se na Alfândega e no Mercado Público, não se vê mais o mar. Com efeito, as atividades comerciais e de lazer articulados ao mar definharam, gerando uma urbanidade “de costas para o mar”.

Esse sentimento de perda do mar percorre as lembranças de vários dos entrevistados. Maninha argumenta: “Não existia os aterros. Quando meus filhos eram pequenos foi construído o aterro da Baía Sul. Eu tinha uma tia que morava na Conselheiro Mafra e da janela dela a gente via o trapiche. Era areia e o trapiche. A gente ia com meu tio no trapiche” (Maninha, entrevista nº 1, 2014, p. 4).

Diferentemente da Baía Sul, que contém maior extensão de aterro, a Baía Norte também sofreu com a mesma intervenção da engenharia, porém, com menor impacto, pois, ainda pode-se ver o mar do antigo ponto de terra antes do aterro. A despeito de tais considerações, é lugar comum sentir falta das vivências com o mar nessa baía, como lamenta Joca:

A rua que eu peguei era a Clemente Rover, lá em cima. Aqui não tinha aterro nenhum, nós estamos falando bem aqui, da beira mar. Todo mundo tomava banho ali, era meio poluído, mas todo mundo tomava banho ali. Ficava cheia a praia, era uma praia que todo mundo frequentava, tinha a Praia de Fora, a Praia do Müller. A Praia do Müller era mais adiante. (Gesticulando) Aqui era Praia de Fora, conheci isso tudo aqui há vários anos (Joca, entrevista nº 5, 2015, p. 15).

Ao que parece, o aterro representou uma decisão urbanista calculista e racionalista na lógica do progresso de curto prazo. Tal solução ignorou as relações de pertencimento dos moradores com as práticas culturais e simbólicas com o mar. Ou seja, os aterros constituem-se em um ato inverso ao de

insularidade, ilheidade e maritimidade que construíram a urbanidade de Florianópolis e tornaram a vida possível no passado.

As práticas da infância aprendidas nas orlas das baías Sul e Norte não puderam ser transmitidas à geração seguinte a dos entrevistados. As sabedorias sobre os lugares, os ventos, a pesca e os tipos de peixes dessas áreas praticamente desapareceram. As referências espaciais e práticas de solidariedade em torno do mar dessa região esmaeceram ou foram transformadas em monumentos. Quem se importa com as rupturas das relações espaciais, afetivas e de vizinhança, integradoras dos sentidos da vida cotidiana dos antigos moradores? A negativa com o mar que os urbanistas produziram com os aterros desestruturaram os pontos de referências desses sujeitos, de modo que hoje precisam usar referentes contemporâneos, como o Hotel Majestic ou Beira-Mar Shopping, que vão se sobrepor à Praia São Luiz, Campo da Liga, Pedra de São Luiz. Ademais, hoje, os antigos moradores precisam explicar que, nas duas baías da península, havia praias e que estas nominavam os espaços da cidade, lugares e nomes que não existem mais. A narrativa de Vado parece ser uma síntese acerca das transmissões de uma geração a outra sobre o mar, das práticas inventivas, da importância dos encontros com pares e anciãos da cidade, do uso de saberes adquiridos com o fazer e a observação. Ademais, expressa o prazer na relação com o mar e seu pertencimento à Baía Sul:

Gostava muito quando a maré ficava (baixa), pegava goiá, um caranguejo que dá no mar, o do mar tem as duas patas grossas. Tinha uma toca e eu fazia um gancho de arame, forte, botava o arame e puxava. Tirava ele da toca. Pegava muito. Oh! Aquelas garras tinham muita carne. Para mim, era o melhor. Pegar peixe, se a gente queria, era só pegar a linha. Bagre era na linha, com vento sul, pegava um bago de sagu e já servia de isca (risos). Não tinha isca que era boró (boró é uma larva), cortava um pedaço de sabão. Pegava (peixes) de vários tamanhos. [...] Era um sabão normal, tirava um pedacinho e na parte de cima tira o pelinho, corta em quadradinho e botava no anzol. O peixe vê uma coisa na água e, a anchova, se tu pegar uma colher que brilha com um pedaço de pano. Toca a lancha e ela sai correndo e, tchá! Aquilo não tem cheiro e nem nada. É só o que se movimenta. Assim era o sabão. A gente jogava, dava uma mexida e pegava aqueles bagres. De noite (o que se pegava) era o linguado com o fisgão. Fisgão é um troço com três dentes que a gente manda fazer. Aqui (na ponta) ela tem duas cabeças em que ela entra e não sai. Nós íamos, com uma tocha feita de bambu ou um troço assim, botava o fogo e com claridade ele fica parado, ele não sai e nós então: Tlac! Pegávamos o linguado (Vado, entrevista nº 3, 2014, p. 23 e 24).

As gerações que estabeleceram uma relação afetiva, sensorial e identitária com a orla, sofrem com a perda das referências do mar. Isso abala o sentido de pertencimento dos antigos moradores com aquela área da cidade. Aliado a isso, os entrevistados perdem também a força da transmissão sobre esse espaço vivido. Com os aterros, parece haver um espanto por parte dos entrevistados de como todo aquele “marzão” foi retirado de suas vidas, dos filhos e netos.

### 3 Considerações finais



Cada narrador estabelece pontos de referências da sua história com a dimensão social. Ao contar de si, o faz mediado por uma conexão com pares, mantendo a coerência com aspectos sociais e históricos. Nesse processo, faz negociações em que reconhece as forças que estão em jogo para que possa narrar. Aliado a isso, os mitos e crenças narrados constituem uma identidade modelada pelo sujeito, essa modelação compõe uma história que é uma (re)construção realizada por quem narra. O sujeito que conta algo o faz em um único momento, ou seja, narrar é uma arte do momento, uma ocasião que escapa a ele mesmo e ao outro que o ouve, mesmo que guardada por mecanismos tecnológicos ou transcrições.

A subjetividade da infância posta em relação ao mundo objetivado merece atenção porque os sentidos atribuídos ao vivido são as potências pelas quais os processos de conformação e/ou diferenciação se realizam. Uma cidade não é apenas o seu caráter objetivo, mas as relações entre sujeitos que subjetivam e objetivam a própria urbe. O que está objetivado na cidade dialoga e se refaz com a subjetividade dos sujeitos e seu inverso.

O sujeito comum qualifica seus caminhos, relata o espaço de modo diferente dos arquitetos e, por vezes, sobrepõe funções simbólicas aos lugares próprios das construções e instituições. Para falar da cidade, o caminhante relata impressões da urbe pelas memórias de percurso feito dentro das relações da cidade em que as interações, os focos, os sentidos e as ações dos transeuntes urbanos são potencializados e ganham a atenção do pesquisador.

A memória sustenta as artes de fazer quando as práticas apoiam-se na memória de ocasião, conforme sugerido por Michel de Certeau. As práticas produziram camadas de vivências e saberes desde a infância que são ressignificadas. Saber aproveitar a oportunidade, safar-se e conquistar algo era uma vitória e uma forma identitária incorporada na infância. As façanhas são reafirmadas, ressignificadas e enaltecidas pelo narrador de hoje que é portador dessa experiência. Pelas práticas, nas formas de táticas e de usos do espaço, construíram um saber-fazer e uma identidade que parece oferecia-lhes meios que, na memória, eram modos de (re)criar, (re)inventar e resolver diversas situações em seu cotidiano.

O caminhante, ao rememorar sua infância na cidade de Florianópolis, desenhou seus passos em Mapas para indicar os percursos que fazia. Os caminhos que embalavam as práticas da infância estão na memória dos entrevistados que, embora duvidem do valor de sua experiência, também se reconhecem proprietários das histórias “da cidade desaparecida”. Sentem-se guardiões do passado da cidade, e o presente funciona como balizador, ao cotejarem a sua infância com a das crianças e/ou com a cidade de outrora.

A experiência sensorial com a água e os seres do mar é enaltecida pelas narrativas. Contudo, aparece também o medo do mar. Além do banho de mar, a pesca e os saberes em torno dela também são ressaltados, revestida por um viés lúdico e necessidade de alimento. As lembranças sobre o mar são acompanhadas de saudade e pelo sentimento de perda devido aos aterros na área peninsular. Enfim, os sentidos das práticas da infância e dessas com o mar são plurais. O temor, os prazeres brincantes, a

# ARTIGO

---

pesca, o imaginário, o ócio contemplativo da imensidão das águas na luz do sol e da lua dá sentido à infância. As narrativas (re)constituem a identidade daqueles que hoje, cobertos de saudade, rememoram suas vivências na cidade dos anos de 1930 a 1950.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir, contar**: textos de história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ARY. Entrevista nº 2. Florianópolis, 26 nov. 2014 e 29 jul. 2015, 33 f.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. Tradução: Rubens Rodrigues Torres Filho, José Carlos Martins Barbosa. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

\_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOLLE, Willi. Cultura, patrimônio e preservação. *In*: ARANTES, Antônio Augusto (org.). **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.23-34.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê, 2003.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa senhora do Desterro**. Florianópolis: Lunardelli, 1979

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 16. ed. Tradução: Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2009.

DADÁ. Entrevista nº 9. Florianópolis, 09 dez. 2015, 46 f.

DINHA. Entrevista nº 13. Florianópolis, 25 fev. 2016, 20 f.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Ilhas e mares**: simbolismo e imaginário. São Paulo: Hucitec, 1998.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **O banho de Mar na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. das Águas, 1998.

GLORINHA. Entrevista nº 7. Florianópolis, 03 dez. 2015, 31 f.

GRAÇA. Entrevista nº 12. Florianópolis, 22 dez. 2015, 35 f.

IPHAN. **Comissão do Iphan participa de Procissão do Senhor dos Passos (SC)**. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/sc/noticias/detalhes/4563/comissao-do-iphan-participara-da-procissao-do-senhor-dos-passos-sc>. Acesso em: 14 set. 2020.

JOCA. Entrevista nº 5. Florianópolis, 09 out. 2015, 31 f.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. A fecundidade da história oral. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed., Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 15-25.

MANINHA. Entrevista nº 1. Florianópolis, 28 out. 2014, 25 jun. e 27 de jul. de 2015, 51 f.

MAZINHO. Entrevista nº 15. Florianópolis, 11 abr. 2016 e 20 abr. 2017, 46 f.

NECKEL, Roselane. **A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)**. Florianópolis: EdUFSC, 2003.

NININHA. Entrevista nº 14. Florianópolis, 27 fev. 2016, 67 f.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: EdUFSC, 2005.

POLLAK, Michel. Memória e identidade. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**. São Paulo, n. 15, 1997, p. 13-49.

PORTELLI, Alessandro. 'O momento da minha vida': funções do tempo na história oral. *In*: FENELON, Déa Ribeiro et al. (org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 296-313.

QUICA. Entrevista nº 6. Florianópolis, 24 nov. 2015, 21 f.

ROSINHA. Entrevista nº 10. Florianópolis, 17 dez. 2015, 31 f.

SANTOS, André Luiz. **Do mar ao morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SECCHI, Bernardo. **A cidade do século vinte**. Tradução: Marisa Barba. São Paulo: Perspectiva, 2015.

TEIXEIRA, Lislely Canola Treis. **Práticas da infância na memória de velhos: entre a tradição e a modernidade na cidade de Florianópolis (1930-1950)**. 2018. Tese. (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

TEIXEIRA, Luiz Eduardo Fontoura. **Espaços públicos da orla marítima do centro histórico de Florianópolis: o lugar do mercado**. 2002. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

TOMÁS, Elaine Dorighello. **Antigos e novos olhares sobre o Maciço do Morro da Cruz: de não território a território do Pac-Florianópolis**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

TONICO. Entrevista nº 4. Florianópolis, 15 dez. 2014, 17 f.

VADICO. Entrevista nº 8. Florianópolis, 09 dez. 2015, 39 f.

VADO. Entrevista nº 3. Florianópolis, 28 nov. 2014, 30 f.

# ARTIGO

---

VAZ, Nelson Popini. **O centro histórico de Florianópolis: espaço público do ritual.** Florianópolis: FCC; EdUFSC, 1991.

VEIGA, Eliane Veras da. **Memória Urbana.** Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2008.

---